

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.679 - RJ (2020/0006311-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AUTO SERVICO SAITER LTDA
ADVOGADOS : THIAGO AARÃO DE MORAES - ES012643
RICARDO CARNEIRO NEVES JÚNIOR - ES016201
DANIELA CASTELO MARTINS - ES018913
LETICIA SILVA AMARAL - ES021098
AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E
BIOCOMBUSTÍVEIS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por AUTO SERVICO SAITER LTD, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO SUSCITADA PELO APELANTE. INEXISTÊNCIA.

1. Trata-se de apelação interposta por AUTO SERVIÇO SAITER LTDA - ME contra sentença de improcedência proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo nos autos de embargos à execução fiscal.

2. O apelante ajuizou a ação visando à desconstituição dos títulos executivos que embasaram a execução fiscal nº 2010.50.01.005631-5 (CDA's nº 30110106867/2010 e nº 30110130652/2010), movida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para a cobrança de multa de natureza administrativa.

3. A Lei nº 9.873/99 estabelece o prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta.

4. No caso concreto, o auto de infração nº 117000 foi lavrado em 08.09.2003, que deu origem ao processo administrativo nº 48610.009231/2003-88 (fls. 399), onde é possível verificar na capa do referido documento movimentações realizadas em 29.09.03; 22.01.04; 08.03.06 e 26.02.08.

5. Tais movimentações denotam que os lapsos temporais não foram superiores a três anos (de paralisação – e não de trâmite), de modo a ensejar a alegada prescrição intercorrente administrativa suscitada pela parte apelante.

6. O Auto de Infração de nº 033616 (fls. 504) foi lavrado em 03.05.2001, e, após diversos desdobramentos no processo administrativo, foi proferida decisão (recorrível) nos autos nº 48610.08507/2001-49, em 28.04.2004, cuja intimação foi efetivada em 18/11/2004 (fls. 559), razão pela qual restou interrompida a fluência da prescrição, que só volta a correr

após a constituição definitiva do crédito.

7. Sendo assim, considerando que o crédito foi constituído definitivamente em 2007 e inscrito em dívida ativa no ano 2010, mesmo ano em que ajuizada a execução fiscal, não vislumbro a ocorrência da prescrição alegada no caso.

8. Apelação não provida.

Quanto à primeira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.873/99, no que concerne à prescrição intercorrente diante da ausência de ato capaz de interrompê-la, trazendo os seguintes argumentos:

22. Neste diapasão, verifica-se que o auto de infração nº 117000 fora emitido em 08 de setembro de 2003, enquanto que a notificação da decisão administrativa somente ocorreu em 22 de agosto de 2007, ou seja, da data em que se constatou a infração à legislação até a data que se procedeu a notificação da prolação de decisão administrativa já havia decorrido quase quatro (04) anos.

23. Logo, o prazo que tal processo administrativo ficou paralisado, sem a prática de atos de apuração do fato objeto da autuação, ultrapassa em muito o prazo estipulado no §1º do art. 1º da Lei nº 9.873/99, razão pela foi abarcado pela prescrição administrativa intercorrente (fls. 713).

30. Diante das considerações até aqui expostas, chega-se à conclusão de que não é qualquer despacho que obsta a decretação da prescrição intercorrente no processo administrativo, mas somente aqueles que inequivocamente importem na apuração do fato ou aquele que resolva o mérito do processo (fls. 715).

Quanto à segunda controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 13, § 1º, da Lei n. 9.847/99, no que concerne à prescrição diante do decurso de prazo superior a cinco anos entre a data da emissão do auto de infração e a data da notificação da recorrente, trazendo os seguintes argumentos:

34. Compulsando os autos, verifica-se que a Certidão de Dívida Ativa nº 30110130652/2010 foi objeto de inscrição em 18 de março de 2010 e, supostamente, a Recorrente foi notificada da decisão definitiva do Auto de Infração nº 033616 emitido em 03 de maio de 2001, por meio do Ofício nº 3726/SFA de 13 de novembro de 2007 com aviso de recebimento - AR entregue pelos correios no dia 27 de novembro de 2007.

35. Considerando que tais informações são verdadeiras e estão devidamente prequestionadas no acórdão recorrido, temos que entre a data do auto de infração e o recebimento da notificação da decisão administrativa irrecorrível referente ao auto de infração já havia transcorrido em muito o prazo prescricional contido no art. 13, §1º da Lei nº 9.847/99 que é de cinco (05) anos (fls. 716).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso concreto, o auto de infração nº 117000 foi lavrado em 08.09.2003, que deu origem ao processo administrativo nº 48610.009231/2003-88 (fls. 399), onde é possível verificar na capa do referido documento movimentações realizadas em 29.09.03; 22.01.04; 08.03.06 e 26.02.08.

Tais movimentações denotam que os lapsos temporais não foram superiores a três anos (de paralisação – e não de trâmite), de modo a ensejar a alegada prescrição intercorrente administrativa suscitada pela parte apelante.

Ademais, compulsando o processo administrativo é possível constatar que houve sequência no regular processamento dos autos, através de certidões, expedições de ofícios, despachos, etc., de modo a prosseguir com a marcha processual (fls. 408, 424, 441, 442, 472), não havendo que se cogitar em inércia da Administração Pública em impulsionar o processo administrativo.

Assim, inaplicável a prescrição intercorrente à hipótese dos autos, ante a demonstração de que o processo não ficou paralisado por prazo superior a três anos (fls. 685/686 - grifou-se)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob

os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O Auto de Infração de nº 033616 (fls. 504) foi lavrado em 03.05.2001, e, após diversos desdobramentos no processo administrativo, foi proferida **decisão (recorrível)** nos autos nº 48610.08507/2001-49, em 28.04.2004, cuja intimação foi efetivada em 18/11/2004 (fls. 559), razão pela qual restou interrompida a fluência da prescrição, que só volta a correr após a constituição definitiva do crédito.

Sendo assim, considerando que o crédito foi constituído definitivamente em 2007 e inscrito em dívida ativa no ano 2010, mesmo ano em que ajuizada a execução fiscal, não vislumbro a ocorrência da prescrição alegada no caso (fls. 687 - grifou-se)

Assim, também incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Ademais, verifica-se mais uma vez que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo

Superior Tribunal de Justiça

enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente